

12. RISCO DE LIQUIDEZ

12.1. GESTÃO E AVALIAÇÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

GESTÃO DA LIQUIDEZ

A gestão da liquidez do Grupo é acompanhada globalmente e a supervisão é coordenada ao nível consolidado de acordo com os princípios e metodologias definidos ao nível do Grupo.

A gestão das necessidades de liquidez está descentralizada por geografia, dado que cada subsidiária é autossuficiente e responsável por assegurar a cobertura das suas necessidades de liquidez, quer através da sua base de depósitos quer através dos mecanismos de mercado disponíveis em cada geografia.

As subsidiárias do Grupo apresentam *buffers* de liquidez adequados às necessidades de financiamento, com rácios conservadores de empréstimo sobre depósitos.

O Grupo BCP tem vindo a desenvolver um modelo de negócio sólido na banca de retalho, beneficiando de uma posição de liquidez estável, mesmo em situações de contingência dos mercados financeiros, conforme se verificou em 2011, na sequência da adoção do programa de resgate para Portugal.

Desde então, foram redefinidas prioridades estratégicas, quer pela alienação de ativos não estratégicos num primeiro momento, quer pela gestão do processo de desalavancagem, permitindo desenvolver uma maior resiliência da estrutura de financiamento do Banco.

O processo de desalavancagem permitiu alcançar os objetivos de redução do *gap* comercial e reforçar as fontes de financiamento estáveis, demonstrando-se como uma alternativa face ao risco de limitações de acesso aos mercados de dívida.

O Grupo BCP assegura a adoção dos requisitos prudenciais de liquidez exigidos no âmbito do novo quadro regulamentar ao nível consolidado e individual.

AVALIAÇÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

A avaliação do risco de liquidez do Grupo baseia-se no cálculo e análise de indicadores regulamentares definidos pelas autoridades de supervisão, assim como em outras métricas internas para as quais também se encontram definidos limites de exposição.

A evolução da situação de liquidez do Grupo para horizontes temporais de curto prazo (até três meses) é efetuada diariamente com base em dois indicadores definidos internamente (liquidez imediata e liquidez trimestral), que medem as necessidades máximas de tomada de fundos que podem ocorrer num só dia, considerando as projeções de *cash-flows* para períodos de, respetivamente, três dias e três meses.

O cálculo destes indicadores é efetuado adicionando à posição de liquidez do dia de análise os fluxos de caixa futuros estimados para cada um dos dias do horizonte temporal respetivo (três dias ou três meses) para o conjunto de operações intermediadas pelas áreas de mercados, incluindo-se neste âmbito as operações realizadas com Clientes das redes Corporate e Private que pela sua dimensão são obrigatoriamente cotadas pela Sala de Mercados. Ao valor assim calculado é adicionado o montante de ativos considerados altamente líquidos existentes na carteira do Banco, determinando-se o *gap* de liquidez acumulado em cada um dos dias do período em análise.

Paralelamente é efetuado o apuramento regular da evolução da posição de liquidez do Grupo, identificando-se todos os fatores que justificam as variações ocorridas. Esta análise é submetida à apreciação do CALCO, visando a tomada de decisões que conduzam à manutenção de condições de financiamento adequadas à prossecução da atividade. Complementarmente, o controlo da exposição ao risco de liquidez é da responsabilidade do Comité de Risco.

A fim de prevenir a emergência de uma crise de liquidez ou de suscitar ação imediata caso se materialize, é ainda apresentado mensalmente ao CALCO o resultado do sistema de *Early Warning Signals* do Plano de Contingência de Liquidez, que sintetiza numa notação a avaliação de uma série de indicadores que monitorizam a evolução dos *risk drivers* de liquidez.

Este controlo é ainda reforçado com a execução periódica de *stress tests* de forma a avaliar o perfil de risco do Banco e a assegurar que o Grupo, e cada uma das suas subsidiárias, cumprem as suas obrigações imediatas num cenário de crise de liquidez. Estes testes são também utilizados para suportar o plano de contingência de liquidez e as tomadas de decisões de gestão sobre esta matéria.

12.2. MODELO DE GESTÃO

A gestão de liquidez do Grupo é coordenada ao nível do Grupo BCP, sob a responsabilidade do CALCO, consolidando uma visão abrangente da posição de liquidez do Grupo, tanto ao nível da gestão de curto prazo

como da gestão estrutural e promovendo condições de acesso eficiente aos mercados financeiros. A execução é assegurada pelo Departamento de Tesouraria.

O Grupo BCP consolida os planos de liquidez individuais para as principais entidades do Grupo, garantindo que a evolução esperada dos *inflows* e *outflows* dos ativos e passivos resultantes dos objetivos comerciais e corporativos está alinhada com uma gestão de tesouraria prudente e rácios de liquidez adequados.

A liquidez de cada uma das entidades do Grupo é supervisionada ao nível global, com autonomia de gestão das necessidades de liquidez, mas assegurando mecanismos internos que maximizem a eficiência da sua gestão em base consolidada, nomeadamente em conjunturas de maior tensão.

Gestão de liquidez e risco de financiamento:

Define um quadro de procedimentos, responsabilidades, metodologias e regras utilizadas pelo Grupo para abordar a gestão do risco de liquidez e financiamento, bem como sua relação com o ILAAP.

Estratégia de financiamento:

Tem como objetivo avaliar as políticas e procedimentos do Grupo tendo em conta a sua capacidade de financiamento das necessidades de liquidez.

Gestão do Buffer de liquidez e do colateral:

Acompanhamento diário do Banco em matéria de gestão de ativos e ativos líquidos que são elegíveis como garantia em operações de refinanciamento junto de bancos centrais.

Mecanismo de alocação de custo-benefício:

Avalia a abordagem do Banco em matéria de preços de transferência de liquidez.

Gestão de risco de liquidez intradiário:

Apresenta a metodologia do Banco para gerir o risco de liquidez intradiário, dispondo de mecanismos que permitem obter informação de suporte e explicação de incidentes registados em matéria de obrigações que não foram cumpridas em tempo útil.

Monitorização dos indicadores regulamentares:

Alinhamento dos requisitos regulamentares definidos pela supervisão com os requisitos correntes da gestão de liquidez do Grupo e monitorização da sua adequação, definindo-se limites internos desenvolvidos com base em conceitos comuns e transversais ao Grupo.

Testes de esforço (*stress tests*) de liquidez:

Realização de *stress tests* numa base regular.

Plano de financiamento de contingência:

Apresenta linhas de responsabilidade para a conceção, acompanhamento e execução do plano de financiamento de contingência, juntamente com as metodologias para detetar precocemente situações de tensão e uma avaliação da viabilidade de implementação de medidas de ajustamento.

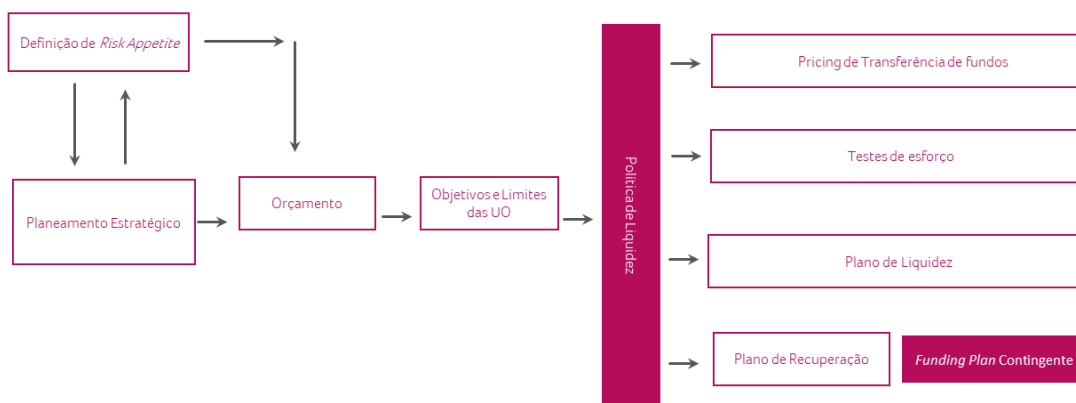
12.3 REQUISITOS REGULAMENTARES

No âmbito dos novos requisitos de informação prudencial a que se encontra sujeito, o Grupo BCP tem vindo a monitorizar a aplicação e assegurar o cumprimento das exigências do novo enquadramento regulamentar, não só pela participação nos exercícios de estudo promovidos pelo Comité de Basileia (QIS - *Quantitative Impact Study*) e pelos exercícios de reporte realizados no âmbito da supervisão europeia, através do MUS - Mecanismo Único de Supervisão (STE - *Short-Term Exercise*), como também pelo reporte da informação regular de liquidez (COREP).

No âmbito da gestão do risco de liquidez, destaca-se a aplicação do Regulamento Delegado (UE) 2015/61 da Comissão de 10 de outubro de 2014, desde 2016 no que diz respeito ao requisito de cobertura de liquidez.

O processo de revisão e avaliação pelo supervisor (*Supervisory Review and Evaluation Process* - SREP), relativamente aos processos de autoavaliação de adequação de liquidez (ILAAP), juntamente com a autoavaliação do processo de adequação de capital (ICAAP), caracterizam-se como instrumentos de avaliação fundamentais de gestão do risco e de determinação interna das necessidades de liquidez e capital, respetivamente.

No âmbito do ILAAP realizado em 2017 foi efetuada uma análise de informação qualitativa e quantitativa, com o objetivo de definir um quadro de gestão do risco de liquidez do Grupo em função do respetivo perfil e alinhado com as orientações definidas pela Autoridade Bancária Europeia e com as expectativas do Mecanismo Único de Supervisão. A metodologia do ILAAP é partilhada em larga medida com a gestão do risco de liquidez que o Grupo tem vindo a desenvolver nos últimos anos. Neste contexto, o exercício ILAAP considerou características próprias do Grupo, tais como modelo de negócio, *governance*, controlos implementados e sua monitorização, dimensão, complexidade, condicionantes dos mercados e obrigações regulamentares definidas localmente para cada geografia.

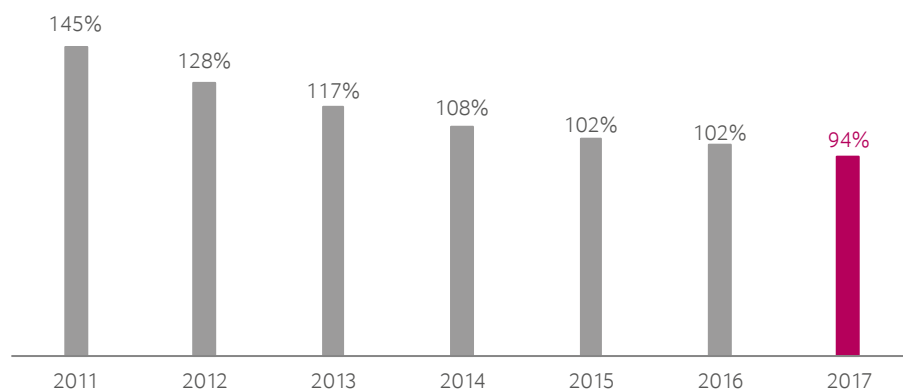


12.4. INDICADORES DE BALANÇO

As principais evoluções verificadas em 2017 ao nível da situação de liquidez do Grupo foram as seguintes:

- *Gap* comercial registou uma melhoria de 2,6 mil milhões de euros em relação ao final de 2016;
- Decréscimo de 3.264 milhões de euros das necessidades de financiamento *wholesale* em termos consolidados face a 31 de dezembro de 2016, atribuível sobretudo ao aumento de capital, à referida redução no *gap* comercial e aos meios libertos pela atividade comercial, cujo efeito global foi mitigado pelo crescimento da carteira consolidada de títulos;
- Reembolsos de dívida de médio e longo prazo ascenderam a 2.300 milhões de euros, incluindo a amortização da última tranche de Cocos (700 milhões de euros), com o somatório dos valores a refinanciar nos próximos 4 anos a não ultrapassar os 641 milhões de euros;
- Utilização líquida do BCE em 3.049 milhões de euros, comparando com 4.436 milhões de euros no final de dezembro de 2016, evidenciando uma nova redução de 1.388 milhões;
- 12.776 milhões de euros (líquidos de *haircut*) de ativos elegíveis para operações de financiamento junto do BCE, com um *buffer* de ativos disponíveis de 9.728 milhões de euros em dezembro de 2017 (valor que em dezembro de 2016 ascendia a 7.614 milhões de euros);
- O Grupo BCP melhorou estruturalmente o seu perfil de liquidez, registando um rácio de transformação do crédito sobre depósitos de 94% (conforme Gráfico 8) no final de 2017 e de 90%, se incluídos todos os recursos de balanço (31 de dezembro de 2016 fixou-se em 99% e 95%, respetivamente), mantendo uma reserva de liquidez em níveis confortáveis de 9.728 milhões de euros de ativos disponíveis para garantia de operações do Eurosistema.

GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DO RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO*



(*) De acordo com a instrução do Banco de Portugal nº 16/2004

No final de dezembro de 2017, os depósitos de clientes fixaram-se em 51.188 milhões de euros, registando um aumento de 4,9% face a 31 de dezembro de 2016, com os recursos de balanço de Clientes a situarem-se em 52.688 milhões de euros, tendo o crédito bruto ascendido a 50.955 milhões de euros, o que representa uma redução de 1,6% comparativamente ao final de 2016.

Os ativos integrados na *pool* de política monetária do Banco Central Europeu, líquidos de *haircuts* e os ativos elegíveis para desconto junto de outros Bancos Centrais, são analisados conforme se segue:

QUADRO 65 - ATIVOS LÍQUIDOS INTEGRADOS NAS POOLS DE COLATERAL

(Milhares de euros)

	31 dez. 17	31 dez. 16
Banco Central Europeu	7.431.756	8.592.234
Outros Bancos Centrais	3.216.224	3.204.850
TOTAL	10.647.980	11.797.084

Com referência a 31 de dezembro de 2017, o valor das tomadas junto do Banco Central Europeu ascende a 4.000 milhões de euros (4.870 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não existem montantes descontados junto de Outros Bancos Centrais. O montante apresentado de ativos elegíveis para desconto junto do Banco Central Europeu, inclui títulos emitidos por SPE de operações de securitização cujos ativos não foram desreconhecidos na ótica consolidada do Grupo, pelo que os títulos não se apresentam reconhecidos na carteira de títulos. Até 31 de dezembro de 2017 a evolução da carteira de ativos elegíveis no BCE, do financiamento líquido no BCE e do *buffer* de liquidez foi a seguinte:

QUADRO 66 - BUFFER DE LIQUIDEZ DO BCE

(Milhares de euros)

	31 dez. 17	31 dez. 16
Colateral elegível para efeitos do BCE, após <i>haircuts</i> :		
Na <i>pool</i> de política monetária do BCE ⁽ⁱ⁾	7.431.756	8.592.234
Fora da <i>pool</i> de política monetária do BCE	5.344.503	3.457.859
	12.776.259	12.050.093
Financiamento líquido no BCE ⁽ⁱⁱ⁾	3.048.618	4.436.292
BUFFER DE LIQUIDEZ ⁽ⁱⁱⁱ⁾	9.727.641	7.613.801

⁽ⁱ⁾ Corresponde ao montante reportado no COLMS (aplicativo do Banco de Portugal).

⁽ⁱⁱ⁾ Inclui, em 31 de dezembro 2017, o valor das tomadas junto do BCE deduzido dos juros associados à taxa de financiamento negativa aplicada à TLTRO (Euro 17.954.000), dos depósitos no Banco de Portugal e de outra liquidez sobre o Eurosistema (Euro 1.277.481.000), adicionado das reservas mínimas de caixa (Euros 344.053.000).

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Colateral elegível para efeitos do BCE, após *haircuts*, deduzido do financiamento líquido no BCE.

Assim, a 31 de dezembro de 2017, a liquidez mobilizável através do colateral disponível, acrescido dos depósitos junto do Banco de Portugal deduzidos das reservas mínimas de caixa e juros corridos, ascendia a 9.728 milhões de euros, face a 7.614 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016.

12.5. INDICADORES REGULAMENTARES**12.5.1. RÁCIO DE COBERTURA DE LIQUIDEZ**

O Comité de Basileia publicou em 2014 a definição do rácio de cobertura de liquidez (LCR), tendo sido adotado no início de outubro de 2015 o Ato Delegado da Comissão Europeia que introduziu, face à CRD IV/CRR, novas métricas e critérios de cálculo implementados na União Europeia. A adoção deste novo enquadramento define um requisito mínimo de 80% para este rácio até ao final de 2017 e de 100 % a partir de 1 de janeiro de 2018.

O rácio LCR do Grupo BCP situou-se confortavelmente acima do mínimo regulamentar em 31 de dezembro de 2017, suportado em carteiras de ativos altamente líquidos de valor compatível com uma gestão prudente da liquidez de curto prazo do Grupo, conforme demonstrado no quadro 67.

QUADRO 67 - DIVULGAÇÃO DOS NÍVEIS E COMPONENTES DO LCR

(Milhares de euros)

	Valor total não ponderado	Valor total ponderado
Período findo em 31-12-2017		
Número de pontos de dados usados para calcular as médias	12	12
ATIVOS LÍQUIDOS DE ELEVADA QUALIDADE		
1 Total de ativos líquidos de elevada qualidade (HQLA)	-	9.259.829
SAÍDAS DE CAIXA		
2 Depósitos de retalho e depósitos de pequenas empresas, dos quais:	22.246.172	2.062.282
3 Depósitos estáveis	7.811.579	390.579
4 Depósitos menos estáveis	14.434.593	1.671.703
5 Financiamento por grosso não garantido	12.646.344	5.509.820
6 Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos em redes de bancos cooperativos	1.955.820	488.297
7 Depósitos não operacionais (todas as contrapartes)	10.561.525	4.892.523
8 Dívida não garantida	129.000	129.000
9 Financiamento por grosso garantido	0	429.544
10 Requisitos adicionais	8.100.483	1.226.983
11 Saídas relacionadas com exposição a derivados e outros requisitos de garantias	452.519	452.519
12 Saídas de caixa relacionadas com a perda de financiamento da dívida	0	0
13 Facilidades de crédito e de liquidez	7.647.964	774.464
14 Outras obrigações contratuais de financiamento	717.446	717.446
15 Outras obrigações contingentes de financiamento	4.910.718	116.898
16. TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA	-	10.062.973
ENTRADAS DE CAIXA		
17 Empréstimos garantidos (por exemplo, recompras reversíveis)	33.636	1.075
18 Entradas de exposições integralmente produtivas	3.310.874	1.869.604
19 Outras entradas de caixa	6.494.100	1.854.624
EU-19a (Diferença entre o total das entradas ponderadas e o total das saídas ponderadas decorrentes de operações em países terceiros em que existem restrições de transferência ou que são expressas em moedas não convertíveis)	-	-
EU-19b (Entradas em excesso provenientes de uma instituição de crédito especializada conexa)	-	-
20 TOTAL DE ENTRADAS DE CAIXA	-	3.725.303
EU-20a Entradas totalmente isentas	-	-
EU-20b Entradas sujeitas ao limite de 90%	-	-
EU-20c Entradas sujeitas ao limite de 75%	9.838.610	3.725.303
21 RESERVAS DE LIQUIDEZ	-	9.259.829
22 TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA LÍQUIDAS	-	6.337.670
23 RÁCIO DE COBERTURA DE LIQUIDEZ (%)	-	147%

Nota: Dados calculados com base no LCR consolidado, considerando a média simples das observações de final de mês dos 12 meses de 2017 (EBA/GL/2017/01).

O valor pontual a 31 de dezembro de 2017 era de 158%.

Concentração de liquidez e fontes de financiamento:

Considerando que a natureza de negócio do Grupo BCP assenta na banca comercial, os depósitos de clientes do retalho contribuem significativamente para a base do financiamento e para o aumento do nível de estabilidade. Outros depósitos constituídos por entidades financeiras e grandes *corporates* contribuem adicionalmente para a diversificação da estrutura de financiamento, elevando a relação com algumas contrapartes ao nível operacional. Os recursos colateralizados contribuem para a base de financiamento estável, quer pelas maturidades mais longas quer pela qualidade dos colaterais, nomeadamente, o *Targeted longer-term refinancing operations* (TLTRO) junto do Banco Central Europeu, *repurchase agreements*, emissões de obrigações hipotecárias e securitização. Os títulos de dívida sénior e as emissões subordinadas que concorrem em parte para o capital regulamentar elevam o nível de diversificação das fontes de financiamento, não se reconhecendo existir um risco significativo de concentração de financiamento.

Exposições a derivados e potenciais pedidos de garantia:

As transações de derivados realizados pelo Grupo BCP são maioritariamente definidas ao abrigo de contratos de garantia que asseguram a cobertura de risco de mercado dessas transações. As entidades do Grupo incluem o risco de liquidez, considerando os impactos de um cenário de mercado adverso que leva a mudanças nos valores de mercado dos derivados, criando-se necessidades de liquidez adicionais devido a necessidades de cobertura/reposição de colaterais. Na abordagem do LCR, este requisito adicional de liquidez é apurado pela observação histórica da variação líquida mais significativa nos últimos 24 meses.

Disparidades entre divisas no LCR

O Grupo BCP tem um valor significativo de funding obtido em PLN, maioritariamente obtido pela subsidiária na Polónia, representando cerca de 20% do total do financiamento. O rácio de cobertura de liquidez em PLN, encontra-se significativamente acima do rácio de liquidez exigido para o período de transição (80% em 2017) e confortavelmente acima dos 100% (exigível a partir de 2018).

Descrição do nível de centralização da gestão de liquidez e da interação entre as unidades do grupo:

A gestão das necessidades de liquidez do Grupo está descentralizada por geografia, dado que cada subsidiária é autossuficiente e responsável por assegurar a cobertura das suas necessidades de liquidez, quer através da sua base de depósitos quer através dos mecanismos de mercado disponíveis em cada geografia. O Grupo BCP consolida os planos de liquidez individuais para as principais entidades do Grupo, garantindo que a evolução esperada dos *inflows* e *outflows* dos ativos e passivos resultantes dos objetivos comerciais e corporativos está alinhada com uma gestão de tesouraria prudente e rácios de liquidez adequados. A liquidez de cada uma das entidades do Grupo é supervisionada ao nível global, com autonomia de gestão das necessidades de liquidez, mas assegurando mecanismos internos que maximizem a eficiência da sua gestão em base consolidada, nomeadamente em conjunturas de maior tensão.

Outros elementos do cálculo de LCR não indicados no modelo de reporte de LCR, mas considerados pela instituição relevantes para o seu perfil de liquidez:

A base de financiamento do Grupo BCP assenta em depósitos de retalho considerados estáveis por natureza, gerando um nível reduzido de *outflows*. Por outro lado, apesar do *wholesale funding* apresentar uma estabilidade inferior, originando potencialmente *outflows* superiores, é efetuada uma gestão adequada dos *mismatches* de maturidades. O *buffer* de liquidez é composto essencialmente por ativos de nível 1 assentes em dívida pública soberana.

12.5.2. RÁCIO DE FINANCIAMENTO ESTÁVEL

A definição do rácio de financiamento estável (NSFR) foi aprovada pelo Comité de Basileia em outubro de 2014. No que respeita a este rácio, o Grupo apresenta uma base de financiamento estável obtida pelo elevado peso dos depósitos de clientes na estrutura de funding, por financiamento colateralizado e por instrumentos de médio e longo prazo, que permitiram que os níveis de relação de financiamento estável apurados em dezembro de 2017 fixassem o NSFR em 124%.

12.5.3. ATIVOS ONERADOS E NÃO ONERADOS

No âmbito da instrução do Banco de Portugal n.º28/2014, que incide sobre a orientação da EBA relativa à divulgação de ativos onerados e ativos não onerados (EBA/GL/2014/3), e tendo em consideração a recomendação efetuada pelo Comité Europeu do Risco Sistémico, apresentamos a seguinte informação relativa aos ativos e aos colaterais:

QUADRO 68 - ATIVOS ONERADOS

(Milhares de euros)

Ativos	31 dez. 17				31 dez. 16			
	Quantia escriturada dos ativos onerados	Valor justo dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Valor justo dos ativos não onerados	Quantia escriturada dos ativos onerados	Valor justo dos ativos onerados	Quantia escriturada dos ativos não onerados	Valor justo dos ativos não onerados
Ativos da instituição que presta informação	12.542.681	n/a	60.204.359	n/a	-	15.302.927	n/a	57.835.396
Instrumentos de capital próprio	-	-	1.946.587	1.946.587	-	-	-	2.092.596
Títulos de dívida	2.222.056	2.222.056	11.029.696	11.019.693	-	3.372.166	3.372.166	9.425.437
Outros ativos	-	-	8.744.647	n/a	-	-	n/a	8.138.305

(Milhares de euros)

Colateral recebido	31 dez. 17		31 dez. 16	
	Valor justo do colateral recebido onerado ou de títulos de dívida própria emitidos	Valor justo do colateral recebido ou de títulos de dívida própria emitidos e oneráveis	Valor justo do colateral recebido onerado ou de títulos de dívida própria emitidos	Valor justo do colateral recebido ou de títulos de dívida própria emitidos e oneráveis
Colateral recebido pela instituição que presta informação	-	-	-	-
Instrumentos de capital próprio	-	-	-	-
Títulos de dívida	-	50.471	-	151.932
Outros ativos	-	-	-	-
Títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered bonds</i> próprias ou ABS	-	-	-	-

(Milhares de euros)

Ativos onerados, colateral recebido onerado e passivos associados	31 dez. 17		31 dez. 16	
	Quantia escriturada dos passivos financeiros selecionados		Quantia escriturada dos passivos financeiros selecionados	
Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	8.957.873		11.356.280	
Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered bonds</i> próprias ou ABS oneradas	11.885.777		14.915.249	

No final de 2017 o total de ativos onerados em operações de financiamento representou 17% do ativo total de balanço do Grupo, comparando com o valor de 21% registado no final de 2016. Esta evolução ficou dever-se à melhoria do *gap* comercial, traduzindo-se numa diminuição das necessidades de financiamento, nomeadamente do obtido junto do BCE e REPO, e a respetiva desoneração de colateral.

Os ativos onerados estão na sua maioria relacionados com operações de financiamento do Grupo, nomeadamente do BCE, em operações de *repo*, através da emissão de obrigações hipotecárias e de programas de securitização. Os tipos de ativos utilizados como colateral das operações de financiamento anteriormente referidas dividem-se entre carteiras de crédito sobre clientes, as quais suportam programas de securitização e de emissões de obrigações hipotecárias, quer as colocadas fora do Grupo, quer as destinadas a reforçar a pool de colateral junto do BCE, e de dívida soberana Portuguesa, que colateralizam operações de *repo* no mercado monetário. O financiamento obtido junto do BEI é colateralizado maioritariamente por dívida pública Portuguesa e por dívida emitida por empresas do setor público empresarial.

Os outros ativos no montante de Euros 8.744.647.000 (31 de dezembro de 2016: Euros 8.138.305.000), apesar de não onerados, estão na sua maioria afetos à atividade do Grupo, nomeadamente: investimentos em associadas e filiais, imobilizado corpóreo e propriedades de investimento, imobilizado incorpóreo, ativos associados a derivados e impostos diferidos e correntes.

Os valores apresentados no quadro 68 refletem o elevado nível de colateralização do financiamento *wholesale* do Grupo BCP.